



**POLÍCIA MILITAR
DO PARANÁ**

Simulado Especial

PM PR

Cadete

Pós-Edital

Simulado

Simulado PM-PR (Cadete)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PM-PR**, cargo de **Cadete**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/8K3nDtnRXSFpmCoL7>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	71 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	72 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)	73 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)	74 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)	75 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)	76 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)	77 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)	78 - (A)(B)(C)(D)(E)
15 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)	79 - (A)(B)(C)(D)(E)
16 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)	80 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/fqQ2>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Suellen Borges***Texto 1**

Ao longo da história das sociedades humanas, nos deparamos com recorrentes reflexões e teorizações sobre as estruturas sociais e os regimes políticos que organizam as mais diferentes comunidades. A inquietação com os desajustes da realidade social constantemente motiva pensadores e artistas a buscarem alternativas que apontem para a possibilidade de uma reestruturação profunda, senão completa, das relações entre indivíduos e da sociedade.

Não raramente, essa tendência reflexiva impulsiona o surgimento de modelos sociais exemplares e idealizados que, ao serem contrapostos com o universo experimental dos sujeitos, salientam os problemas e as deficiências a serem solucionadas pelos Estados. Criações desse tipo, ao mesmo tempo políticas e artísticas, são comumente incluídas no grupo das utopias.

Entretanto, delinear os limites teórico-práticos dessa categoria e a multiplicidade de produções que podem ser nela inseridas representa uma tarefa pouco simples. Indubitavelmente, uma descrição pormenorizada de um ethos considerado perfeito – seja produto da criação imaginativa, seja projeção metafísica de existência possível – pode ser facilmente reconhecida como uma produção utópica. Todavia, uma proposta de reforma constitucional não pode conter em suas linhas o germe do pensamento utópico? Os discursos caracteristicamente entusiasmados que elevam os processos de globalização ao marco central de nosso tempo não servem como mecanismos de divulgação de um ideal de sociedade? E quanto à formação de blocos econômicos multiculturais na Europa, na América e na Ásia? E os movimentos reacionários a essas comunidades internacionais que exaltam as culturas ancestrais e não dominantes? Ainda estamos a discorrer sobre exemplos marcados pelo signo da utopia? E, nesse sentido, o capitalismo e os regimes totalitários não podem ser interpretados sob a luz desse mesmo signo?

Em primeiro lugar, é necessário distinguir a forma que o pensamento utópico pode assumir nas mais diferentes

construções. O utopismo pode se manifestar como elemento constitutivo e mesmo definidor de uma visão espiritualista, de um projeto político, de um movimento sociocultural, de uma obra literária ou de uma variedade muito extensa de produções. Nesse tipo de manifestação, a potencialidade pragmática do componente utópico pode oscilar desde a discriminação meticulosa de etapas de realização até o mais puro idealismo abstrato. À guisa de exemplificação, poderíamos citar, de um lado, as reformas democráticas que tomaram lugar em vários países na segunda metade do século XX e, de outro lado, a maneira pela qual a romancista estado-unidense Toni Morrison caracteriza o continente africano na obra *Canção de Salomão*. Ao longo de todo o spectrum, no entanto, o contraste entre aspectos da realidade experimental da época e aqueles apresentados pelos projetos ou idealizações determina o reconhecimento dos elementos utópicos.

Sem dúvida, a literatura serviu de campo fértil para a proliferação dos ideais utópicos enquanto elementos constitutivos de obras de criação, a ponto de o historiador e filósofo Jerzy Szachi (1972) defender a impossibilidade prática em quantificar, mesmo que aproximadamente, o número desse tipo de produção. Neste ponto, encontramos outro modo de manifestação do pensamento utópico, o qual, diante de nossos objetivos de análise, revela-se como essencial. Em diversas obras da literatura mundial, o utopismo não é apenas um elemento temático do texto, mas a base sobre a qual toda a figuração literária é estruturada. (...)

Pavloski, Evanir. 1984: a distopia do indivíduo sob controle (Portuguese Edition) (pp. 12-13). SciELO - Editora UEPG. Edição do Kindle. (ADAPTADO)

1. Considerando as informações apresentadas no primeiro parágrafo do texto 1, infere-se que a busca por modelos sociais alternativos e a reestruturação das relações humanas são impulsionadas pela:

- a) Permanência inquestionável das estruturas sociais vigentes e dos regimes políticos estabelecidos.
- b) Ausência de questionamento por parte de pensadores e artistas sobre a realidade social.
- c) Constante insatisfação com os desajustes e as imperfeições presentes na realidade social.
- d) Tendência natural do ser humano em criar cenários utópicos sem propósito prático.
- e) Prioridade dada ao reconhecimento individual em detrimento da transformação coletiva.

2. No terceiro parágrafo, o autor amplia o conceito de "utopia", extrapolando a ideia de uma mera descrição de um "ethos perfeito". A esse respeito, os exemplos utilizados para demonstrar essa amplitude incluem:

- a) Somente a análise de obras literárias que se restringem a mundos ficcionais e distantes da realidade.
- b) Exclusivamente a avaliação de regimes políticos históricos que alcançaram a perfeição em sua governança.
- c) Reflexões sobre propostas de reforma constitucional, discursos globalizantes e movimentos socioculturais reacionários.
- d) Unicamente avanços tecnológicos e descobertas científicas que revolucionaram a sociedade contemporânea.
- e) Apenas manifestações artísticas que se caracterizam pela total desconexão com o contexto social.

3. Conforme as ideias desenvolvidas no quarto parágrafo, o que possibilita o reconhecimento dos elementos utópicos nas mais variadas construções, como projetos políticos, visões espirituais ou obras literárias?

- a) A infalibilidade e a ausência de críticas inerentes ao modelo social idealizado.
- b) A capacidade de concretização imediata e universal do projeto proposto.
- c) A semelhança entre os aspectos da realidade vivenciada e as idealizações apresentadas.
- d) O contraste entre os aspectos da realidade experimental da época e aqueles veiculados pelos projetos ou idealizações.
- e) A unanimidade da aceitação social e política da proposta utópica em questão.

4. No trecho "Criações desse tipo, ao mesmo tempo políticas e artísticas, são comumente incluídas no grupo das utopias.", a(s) vírgula(s) empregada(s) tem/têm como principal função:

- a) Separar elementos em uma sequência ou enumeração.
 - b) Indicar a omissão de um termo na oração.
 - c) Isolar um adjunto adverbial de modo deslocado.
 - d) Delimitar uma expressão intercalada que possui valor explicativo.
 - e) Marcar uma pausa respiratória para o leitor.
-

5. Analise o fragmento: "Indubitavelmente, uma descrição pormenorizada de um ethos considerado perfeito – seja produto da criação imaginativa, seja projeção metafísica de existência possível – pode ser facilmente reconhecida como uma produção utópica." O emprego dos travessões neste período justifica-se por:
- a) Apresentar um discurso direto, introduzindo a fala de um personagem.
 - b) Separar orações coordenadas sindéticas de natureza explicativa.
 - c) Enfatizar um termo através de uma pausa prolongada e dramática.
 - d) Delimitar uma expressão de natureza explicativa ou exemplificativa, equivalente a um aposto.
 - e) Indicar uma interrupção brusca do pensamento do autor.
6. No segmento "A inquietação com os desajustes da realidade social constantemente motiva pensadores e artistas a buscarem alternativas que apontem para a possibilidade de uma reestruturação profunda, senão completa, das relações entre indivíduos e da sociedade. Não raramente, essa tendência reflexiva impulsiona o surgimento de modelos sociais exemplares...", o pronome em destaque estabelece um vínculo coesivo com o(a):
- a) Objetivo de uma reestruturação profunda da sociedade.
 - b) Tipo de relação estabelecida entre os indivíduos.
 - c) Sentimento de inquietação diante dos desajustes da realidade social.
 - d) Ação de buscar alternativas para as estruturas sociais.
 - e) Grupo de pensadores e artistas mencionado anteriormente.
7. Observe o trecho: "(...) Ao longo de todo o spectrum, no entanto, o contraste entre aspectos da realidade experimental da época e aqueles apresentados pelos projetos ou idealizações determina o reconhecimento dos elementos utópicos." O pronome destacado nesse segmento tem como referente:
- a) As reformas democráticas ocorridas em diversos países.
 - b) Os países que passaram por reformas democráticas no século XX.
 - c) Os próprios projetos ou idealizações mencionados no final da frase.
 - d) Os aspectos da realidade experimental da época, para fins de comparação.
 - e) A caracterização do continente africano feita por Toni Morrison.
8. Assinale a alternativa que apresenta ERRO de ortografia, de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa:
- a) A obnubilação dos sentidos pode levar à falha na percepção da realidade.
 - b) O prolífero autor publicou diversas obras ao longo de sua carreira.
 - c) A peculiaridade da situação exigia uma análise aprofundada.
 - d) O idílico cenário campestre inspirava a paz e a serenidade dos visitantes.
 - e) As vicissitudes da vida frequentemente nos impõem desafios inesperados.

RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

9. Bob tem três veículos: um carro, uma moto e uma van. Um dos veículos é branco, o outro é vermelho e o outro é amarelo. Sabe-se que:

- Ou a van é amarela, ou a moto é amarela;
- Ou o carro é vermelho, ou a moto é amarela;
- Ou o carro é branco, ou a van é branca; e
- Ou a moto é vermelha, ou a van é vermelha.

As cores do carro, da moto e da van são, respectivamente,

- a) amarela, branca, vermelha.
- b) branca, amarela, vermelha.
- c) branca, vermelha, amarela.
- d) vermelha, amarela, branca.
- e) vermelha, branca, amarela.

10. Em um batalhão da Polícia Militar, dentre os veículos utilizados para patrulhamento (motocicletas e viaturas), 12,5% são motocicletas. Para aumentar a proporção de motocicletas, o comando decidirá incrementar o número de motocicletas e reduzir o número de viaturas. O valor de x para que, aumentando o número de motocicletas em $x\%$ e, simultaneamente, diminuindo o número de viaturas em $x\%$, a participação das motocicletas dobre em relação ao total de veículos de patrulhamento, será de:

- a) 40
- b) 30
- c) 50
- d) 25
- e) 55

11. Durante uma operação de fiscalização de trânsito, $\frac{3}{7}$ de todos os veículos abordados foram autuados por infração grave. Dos veículos não autuados, $\frac{2}{5}$ foram liberados em menos de 10 minutos e 1176 motoristas ficaram mais de 10 minutos na abordagem. Considerando que, nesta operação, $\frac{9}{14}$ de todas as abordagens duraram mais de 10 minutos, o número de veículos autuados por infração grave que foram liberados em menos de 10 minutos foi de:

- a) 369
- b) 441
- c) 504
- d) 663
- e) 732

12. Considere a afirmação: “Teodoro não é valente ou encara as consequências das suas próprias atitudes”. Uma afirmação equivalente a essa é:

- a) Se Teodoro não é valente, então ele não encara as consequências das suas próprias atitudes.
- b) Teodoro é valente ou encara as consequências das suas próprias atitudes.
- c) Se Teodoro é valente, então encara as consequências das suas próprias atitudes.
- d) Teodoro é valente e não encara as consequências das suas próprias atitudes.
- e) Ou Teodoro não encara as consequências das suas próprias atitudes ou ele não é valente.

13. Em uma operação de combate ao crime organizado, 10 facções criminosas estão sob investigação, identificadas como A, B, C, D, E, F, G, H, I e J. Uma equipe tática precisa selecionar 4 dessas facções para receberem ações policiais diferenciadas, sendo que cada ação é distinta e específica para cada facção escolhida. Por determinação estratégica, exatamente duas das três principais facções (A, B e C) devem receber quaisquer duas das quatro ações disponíveis. As duas ações restantes serão direcionadas a duas quaisquer das outras sete facções restantes.

O número total de maneiras distintas para alocar essas ações policiais será:

- a) 1724
- b) 1692
- c) 1584
- d) 1512
- e) 1294

14. Em uma gaveta há meias verdes, azuis e amarelas, totalizando 57 meias. Sabendo que o número de meias verdes é igual à metade da soma do número de meias azuis e amarelas e que há 12 meias amarelas a menos do que o número de meias azuis, então o número de meias verdes excede o número de amarelas em

- a) 6
- b) 7
- c) 8
- d) 9
- e) 10

15. Uma proposição logicamente equivalente a “É falso que todo policial é valente” é:

- a) Nenhum policial é valente.
- b) Todo policial não é valente.
- c) Existe policial que é valente.
- d) Pelo menos um policial é valente.
- e) Algum policial não é valente.

INGLÊS

Andrea Belo

Read the following text to answer questions 16 to 18.

AI to play increasing role in UK armed forces, defence secretary says

Britain's military will be increasingly powered by artificial intelligence, the defence secretary has said, as he prepares to announce a review with advanced technology at its core.

John Healey said he and his officials had put AI at the centre of the strategic defence review, as the government seeks to avoid the kinds of costly procurement mistakes that have plagued defence spending in the past.

Speaking to the Guardian during a trip to meet his European counterparts in Berlin and Rome, the defence secretary said: “In five years’ time, AI will have had a massive impact in the military and in the battlefield.

<https://www.theguardian.com/politics/2025/may/20/uk-armed-forces-artificial-intelligence-ai-strategic-defence-review-john-healey>.

16. Analyze the following statements about the text.

- I. John Healey emphasized that AI will be a key component of the UK's military strategy.
- II. The strategic defence review aims to repeat past procurement mistakes.
- III. The defence secretary was in Berlin and Rome when he discussed AI's role.
- IV. AI's impact on the military is expected to be minimal in five years.

The statements that bring only completely accurate information are:

- a) I and III only
- b) I, II, and III only
- c) II and IV only
- d) I, III, and IV only
- e) II and III only

17. In relation to the vocabulary used in the sentence "costly procurement mistakes," the word "costly" is closest in meaning to:

- a) Affordable
- b) Expensive
- c) Timely
- d) Strategic
- e) Minimal

18. Decide whether the following statements about the text are true (T) or false (F) and select the alternative with the correct sequence.

- () John Healey is the UK defence secretary.
- () The strategic defence review focuses on reducing defence costs.
- () AI is expected to impact the military significantly within five years.
- () Healey spoke to the Guardian in London.
- () The government aims to avoid past procurement mistakes.

- a) T-F-T-F-T
- b) T-T-F-T-F
- c) F-F-T-T-T
- d) T-F-F-T-T
- e) F-T-T-F-T

Read the following cartoon to answer questions 19 to 21.



<https://adn.kingfeatures.net/?a=5111343.jpg>

19. Analyze the following statements about the comic strip.

- I. The tank driver is confident about his location in the first panel.
- II. The humor arises from the driver using modern technology in a military context.
- III. The driver realizes he is lost in both panels.
- IV. The comic suggests Siri can effectively guide the driver to a battle.

The statements that bring only completely accurate information are:

- a) I and III only
- b) II and III only
- c) I, II, and IV only
- d) II and IV only
- e) III and IV only

20. Consider the expression "taken a wrong turn" in the first panel. The correct alternative that could replace it is

- a) Made a correct decision
- b) Got lost due to a mistake
- c) Followed the right path
- d) Avoided a dangerous route
- e) Planned a strategic move

21. Decide whether the following statements about the comic strip are true (T) or false (F) and select the alternative with the correct sequence.

- () The driver is inside a tank in both panels.
- () The driver uses Siri to find his location.
- () The comic implies the driver is skilled at navigation.
- () The humor depends on the absence of other tanks.
- () The driver expects Siri to provide a reliable answer.

- a) F-T-F-T-T
- b) T-T-F-F-T
- c) F-F-T-T-F
- d) T-T-F-T-F
- e) F-T-T-F-T

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

22. Em uma planilha do LibreOffice Calc, a célula B2 contém a nota final de um aluno, e a célula C2 deve exibir a situação do aluno com base nos seguintes critérios:

Se a nota for maior ou igual a 7, mostrar "Aprovado"

Se a nota for maior ou igual a 5 e menor que 7, mostrar "Recuperação"

Caso contrário, mostrar "Reprovado"

Qual das fórmulas abaixo, inserida na célula C2, implementa corretamente essa lógica usando a função SE:

- a) =SE(B2>7;"Aprovado";SE(B2>=5;"Recuperação";"Reprovado"))
- b) =SE(B2>7;"Aprovado";SE(B2=5;"Recuperação";"Reprovado"))
- c) =SE(B2>=5;SE(B2>=7;"Aprovado";"Recuperação");"Reprovado")

d) =SE(E(B2>=5;B2<7);"Recuperação";SE(B2>=7;"Aprovado";"Reprovado"))

e) =SE(B2<5;"Reprovado";SE(B2<7;"Recuperação";"Aprovado"))

23. No Linux Ubuntu 20 ou superior, qual dos comandos abaixo exibe corretamente o caminho completo (absoluto) do diretório onde o usuário está no momento:

- a) ls
- b) cd
- c) pwd
- d) dir
- e) whereis

24. Em relação aos conceitos básicos da Internet e suas tecnologias associadas, analise as afirmações abaixo:

I. DNS (Domain Name System) é responsável por traduzir nomes de domínios (como www.exemplo.com) em endereços IP que os computadores utilizam para se comunicar.

II. HTTP e HTTPS são protocolos utilizados para comunicação entre navegadores e servidores web, onde o HTTPS oferece criptografia de dados.

III. Endereço IP dinâmico é aquele atribuído a um dispositivo de forma fixa e permanente pela operadora de internet.

Com base nas afirmações acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmação III está correta.
- d) Todas as afirmações estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

25. No LibreOffice Writer, qual atalho de teclado é utilizado para aplicar o formato de negrito ao texto selecionado:

- a) Ctrl + B
- b) Ctrl + I
- c) Ctrl + N
- d) Ctrl + U
- e) Ctrl + E

26. Qual das opções abaixo representa uma boa prática de navegação segura na internet:

- a) Clicar em links recebidos por e-mail, desde que o remetente pareça confiável.
- b) Utilizar a mesma senha para vários sites para facilitar o acesso.
- c) Manter o navegador e o antivírus atualizados.
- d) Ignorar avisos de segurança do navegador em sites desconhecidos.
- e) Desativar o firewall para melhorar a velocidade da internet.

27. Em relação aos periféricos de um computador, analise as alternativas abaixo e assinale aquela que classifica corretamente o tipo de periférico conforme sua função principal:

- a) Scanner – periférico de saída
- b) Impressora – periférico de entrada
- c) Teclado – periférico de saída
- d) Webcam – periférico de entrada
- e) Monitor – periférico de entrada e saída

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

28. Conforme estabelecido na Constituição Federal sobre a proteção do Estado e das instituições democráticas, complete a lacuna e assinale a opção correta. Ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, o Presidente da República deverá expor as razões do pedido, cabendo ao _____ deliberar por maioria absoluta.

- a) o Conselho da República
- b) o Senado Federal
- c) o Congresso Nacional
- d) a Câmara dos Deputados
- e) o Conselho de Defesa Nacional

29. Marque a opção correta no que se refere aos direitos e garantias fundamentais.

- a) As disposições que estabelecem direitos e garantias fundamentais possuem aplicação indireta.
- b) É proibida a inclusão de trabalhadores e empregadores nos colegiados de entidades públicas que tratem de assuntos relacionados aos seus interesses trabalhistas ou previdenciários.
- c) A atuação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa.
- d) A instituição do tribunal do júri é reconhecida, conforme regulamentação legal, sendo garantidas a soberania das decisões dos jurados e a transparência das votações.
- e) As ações de habeas corpus e habeas data são isentas de custos, assim como, conforme a legislação, os procedimentos essenciais ao exercício da cidadania.

30. Durante o estudo para um concurso público, Helena, brasileira nata, identificou que estava sendo impedida de exercer um direito relacionado à cidadania por falta de regulamentação legal. Sentindo-se prejudicada, ela decidiu procurar os meios legais para garantir o exercício desse direito constitucional. Diante desse cenário, segundo a Constituição Federal, a ação adequada a ser proposta por Helena é o(a):

- a) Ação Popular
- b) Mandado de Segurança
- c) Habeas Data
- d) Ação Direta de Inconstitucionalidade
- e) Mandado de Injunção

31. Conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o mandado de segurança coletivo pode ser ajuizado por

- a) partido político com ou sem representação no Congresso Nacional.
- b) qualquer cidadão que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- c) profissionais de carreira do Ministério Público e pelos conselhos deliberativos constituídos com finalidade de fiscalizar e decidir sobre os instrumentos de proteção social.
- d) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- e) autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

32. De acordo com a Constituição Federal, são consideradas funções essenciais à Justiça aquelas instituições que atuam para garantir o funcionamento do sistema judicial. Com base nisso, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O Ministério Público constitui uma instituição permanente e indispensável à atuação da Justiça, tendo como responsabilidade a defesa da ordem jurídica, do Estado democrático de direito e dos interesses sociais e individuais que não podem ser renunciados.

b) Unidade, indivisibilidade e independência funcional são princípios que regem a atuação do Ministério Público.

c) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

d) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

e) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado e lhe incumbe a orientação jurídica e a defesa dos direitos individuais e coletivos, aos necessitados, de forma integral, incluindo a atuação extrajudicial.

33. Em relação ao poder regulamentar, conforme o artigo 84 da Constituição Federal, é atribuição exclusiva do Presidente da República:

- a) Vetar projetos de lei, mas apenas de forma integral.
- b) Convocar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, bem como nomear seus respectivos presidentes.
- c) Declarar a paz sem necessidade de autorização ou referendo do Congresso Nacional.
- d) Exercer, sem a intervenção dos Ministros de Estado, a supervisão geral da administração federal.
- e) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.

34. Após consultar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, com o objetivo de preservar ou rapidamente restaurar a ordem pública ou a paz social em áreas específicas e restritas, diante de uma grave e iminente instabilidade institucional ou de grandes calamidades naturais, o Presidente da República pode decretar:

- a) Estado de sítio.
- b) Estado de ordem.
- c) Estado de defesa.
- d) Estado de calamidade.
- e) Estado de sigilo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

35. Assinale a alternativa que expressa corretamente o exercício do poder de autotutela pela Administração Pública:

- a) A revisão interna de atos administrativos pela própria Administração, com possibilidade de anulação por ilegalidade ou revogação por conveniência.
- b) A aplicação de penalidades a administrados que infringem normas administrativas de caráter regulatório.
- c) O controle finalístico praticado pela Administração Direta sobre entidades fundacionais vinculadas.
- d) A intervenção do Poder Judiciário para controlar atos discricionários da Administração sempre que configurado desvio de finalidade.
- e) A supervisão exercida pela Administração Direta sobre os contratos firmados por suas autarquias, com base em um vínculo hierárquico.

36. Assinale a alternativa que define corretamente o elemento “motivo” de um ato administrativo:

- a) A autorização legal que estabelece quem tem legitimidade para praticar determinado ato no exercício da função pública.
- b) O resultado jurídico produzido pela prática do ato administrativo, expressando sua consequência direta.
- c) A fundamentação de fato e de direito que justifica a edição do ato pela Administração.
- d) A forma prevista em lei como requisito para a exteriorização válida da manifestação administrativa.
- e) O objetivo final buscado pela Administração com o ato, sempre orientado pelo interesse público.

37. A atuação da Administração Pública pode ser classificada como discricionária ou vinculada. Com base na definição do poder vinculado, assinale a alternativa que melhor expressa essa forma de atuação administrativa:

- a) Reflete a atuação do agente público conforme critérios previamente estabelecidos na norma, sem possibilidade de escolha ou juízo subjetivo.
- b) Permite ao gestor público avaliar, entre opções legais, aquela que melhor se harmoniza com o interesse público.
- c) Caracteriza-se pela edição de atos normativos gerais e abstratos por meio do poder regulamentar.
- d) Possibilita a revogação de atos administrativos quando considerados inconvenientes ou inoportunos pela Administração.
- e) Consiste na liberdade do agente público para agir conforme sua convicção pessoal, desde que voltada ao interesse coletivo.

38. Sobre a composição da Administração Pública e as características jurídicas de seus órgãos e entidades, assinale a alternativa correta:

- a) Os órgãos públicos são desprovidos de personalidade jurídica e podem integrar tanto estruturas da Administração Direta quanto da Administração Indireta.
- b) A Administração Indireta é composta por órgãos administrativos subordinados aos chefes do Poder Executivo dos entes federativos.
- c) Empresas públicas e sociedades de economia mista, embora sejam regidas por normas de direito privado, integram a Administração Direta.
- d) A Administração Direta é composta por entidades autônomas, criadas por lei específica e com personalidade jurídica própria.
- e) Órgãos públicos possuem personalidade jurídica e autonomia patrimonial, integrando a estrutura dos entes federativos.

39. Com base na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), julgue os itens a seguir sobre as medidas que podem ser adotadas pela autoridade competente após o encerramento das fases de julgamento e habilitação, e o esgotamento dos recursos administrativos:

- I. A autoridade superior pode revogar a licitação caso identifique vício insanável no procedimento, ainda que sem provocação de terceiros.
- II. É possível determinar o retorno dos autos para correção de falhas identificadas no processo, mesmo após encerradas as fases procedimentais.
- III. Pode alterar os critérios definidos para julgamento das propostas, caso identifique benefício à Administração.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Apenas o item II está correto.

40. Durante a execução de contrato firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí (SEFAZ-PI) e uma empresa fornecedora de material de informática, foi editada uma lei federal que criou novo tributo incidente diretamente sobre os produtos fornecidos, elevando substancialmente os custos do contratado. Com base na Lei nº 14.133/2021, essa hipótese configura:

- a) Fato do príncipe, pois se trata de medida estatal de caráter geral que impactou de forma relevante os encargos contratuais, autorizando o reequilíbrio econômico-financeiro.
- b) Risco contratual ordinário, já que variações legais e tributárias estão dentro do escopo de previsibilidade da empresa contratada.
- c) Fato da Administração, por envolver responsabilidade direta do órgão contratante frente às obrigações assumidas.
- d) Cláusula exorbitante, pois o ente público pode impor alterações contratuais unilateralmente, sem que isso enseje direito à recomposição de valores.
- e) Fato do príncipe, porém o direito ao reequilíbrio só pode ser pleiteado após a finalização do contrato e entrega do objeto.

41. Com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), analise os itens a seguir:

- I. O herdeiro ou sucessor de agente público que cometeu ato de improbidade pode ser responsabilizado pelo dano ao erário, mas apenas até o limite do valor do patrimônio que tiver recebido.
- II. A responsabilização por ato de improbidade administrativa admite a modalidade culposa nos casos em que haja prejuízo ao erário, ainda que sem intenção do agente.
- III. A ação para aplicação das penalidades previstas na LIA prescreve no prazo de 8 anos, contado do momento em que cessar a prática ilícita, nos casos de infrações permanentes.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Apenas o item I está correto.

DIREITO PENAL COMUM

Ivo Martins

42. Edvânia cometeu crime de roubo em agosto de 2023. Em novembro do mesmo ano, nova lei penal foi sancionada e em seguida promulgada, aumentando a pena para o crime.

A partir da hipótese acima, marque a opção **correta** de acordo com o princípio da irretroatividade da lei penal.

- a) A nova lei penal mais gravosa, aplica-se a Edvânia.
- b) A nova lei penal não se aplica a Edvânia, uma vez que o mencionado princípio obsta a retroatividade da legislação penal mais gravosa.
- c) Edvânia só poderia ser submetida à pena estabelecida na nova lei se houvesse cometido crime menos grave.

d) O citado princípio só se aplica a casos já sentenciados, não influenciando processos em andamento, exceto quando a nova lei for mais benéfica ao réu.

e) A nova lei penal pode ser aplicada retroativamente a Edvânia, desde que ela não tenha sido julgada até a data de promulgação da lei.

43. Nos termos do Código Penal, marque a alternativa **correta**.

- a) A omissão é penalmente relevante mesmo que o omitente não tenha o dever de agir.
- b) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena que se aplica ao crime doloso respectivo.
- c) Diz-se o crime exaurido quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- d) O agente que atua acobertado pela excludente da legítima defesa responde com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços).
- e) Diz-se o crime culposos quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, ausência de cuidado ou imperícia.

44. O conceito de imputabilidade revela um conjunto de pressupostos que conferem ao indivíduo a capacidade de imputação pelo comportamento legalmente definido como crime ou contravenção penal.

Nesse contexto, pode-se afirmar corretamente que não exclui a imputabilidade

- a) a menoridade.
- b) a doença mental.
- c) a emoção ou a paixão.
- d) a embriaguez completa proveniente de caso fortuito.
- e) o desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

45. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Nem toda a agressão à mulher configura o crime de feminicídio.
- b) O feminicídio não é um homicídio praticado contra qualquer pessoa do sexo feminino.
- c) O feminicídio deixou de ser uma qualificadora do crime de homicídio, passando a figurar como crime autônomo, previsto no artigo 121-A do CP.
- d) Somente ocorre o crime de feminicídio quando praticado no contexto de violência doméstica ou familiar.
- e) O homicídio tentado praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino caracteriza o feminicídio.

46. Pedro e Tiago, policiais militares, estavam de serviço realizando uma ronda ostensiva em determinada localidade, quando foram abordados por Tânia, informando que um cidadão de nome Carlos, empregando uma arma de fogo, a obrigou a adentrar no seu carro. Ato contínuo, o criminoso levou a vítima a um banco e a obrigou a colocar a senha no caixa para sacar o dinheiro que estava na conta dela, o que de fato aconteceu. Logo após o saque evadiram-se do local, sendo que durante a ação Carlos manteve a vítima em seu poder por cerca de 30 minutos, até evadirem-se do local. A partir da descrição física fornecida pela vítima, os policiais militares iniciaram as buscas e conseguiram prender Carlos em flagrante.

Considerando as disposições do Código Penal, Carlos responderá pelo crime de:

- a) Latrocínio.
- b) Extorsão, mediante restrição de liberdade da vítima (sequestro-relâmpago).
- c) Extorsão indireta.
- d) Roubo.
- e) Extorsão mediante sequestro.

47. Eva foi contratada para trabalhar como cuidadora do idoso Nonato. Certa ocasião, irritada com as dificuldades enfrentadas durante a sua atividade laborativa, Eva passou a submeter Nonato, mediante o uso de violência, a intenso sofrimento físico, como meio de lhe aplicar castigo pessoal pela prática de vários atos. Nesse caso, de acordo com a Lei 9.455/97, é correto afirmar que a conduta de Eva constitui, especificamente, crime de

- a) tortura-delituosa.
- b) tortura-omissiva.
- c) tortura-preconceituosa.
- d) tortura-castigo.
- e) Não configura tortura, mas sim o crime de maus tratos.

48. Aquele que portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração ou qualquer sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado incorre nas mesmas penas do crime de:

- a) Posse de arma de fogo.
- b) Tráfico internacional de arma de fogo de uso restrito.
- c) Porte ou posse ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- d) Disparo de arma de fogo.
- e) Omissão de cautela.

DIREITO PROCESSUAL PENAL COMUM*Renan Araujo*

49. Assinale a alternativa correta no que tange ao inquérito policial, à ação penal e ao acordo de não persecução penal:

- a) Em razão da teoria dos poderes implícitos, o STF reconhece ao Ministério Público o poder de investigar infrações penais, podendo requisitar a instauração do IP, bem como realizar diretamente as diligências, sendo vedada a presidência e condução direta do inquérito policial.
- b) O direito conferido ao investigado e ao seu defensor, de acesso a todos os elementos informativos e provas produzidas no âmbito da investigação criminal, abrange as diligências em andamento, ainda que o acesso pela defesa possa comprometer a eficácia da diligência.
- c) Em caso de arquivamento do inquérito policial, a vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária.
- d) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- e) Nos crimes de ação penal privada, o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, inclusive àquele que o recusar, pelo princípio da indivisibilidade.

50. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- a) Os vícios eventualmente ocorridos na fase de investigação criminal não maculam nem inviabilizam o exercício da ação penal.
- b) Tomando conhecimento da ocorrência de crime de ação penal pública condicionada à representação, a autoridade policial deverá instaurar inquérito policial de ofício, eis que a representação é

condição de procedibilidade apenas para a denúncia.

- c) A autoridade policial poderá, no curso do inquérito, indeferir os pedidos de diligências formulados pela vítima ou pelo indiciado, inclusive o pedido de realização do exame de corpo de delito.
- d) O indiciamento é ato privativo do membro do ministério público.
- e) No caso de crime de tráfico de pessoas, o delegado de polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada, dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos, desde que mediante autorização judicial prévia.

51. Edson praticou dois crimes distintos, mas interligados. No dia 10.06.2024, roubou (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa) um veículo na cidade de Londrina-PR, pois pretendia furtar uma joalheria, localizada em Maringá-PR, e precisava de um veículo para tanto. No dia 15.06.2024, valendo-se do veículo anteriormente subtraído, Edson arrombou a porta da joalheria e subtraiu diversas joias, praticando o crime de furto qualificado pelo arrombamento (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que entre as infrações penais há:

- a) continência, sendo competente o foro da comarca de Maringá-PR, lugar da última infração penal.
- b) continência, sendo competente o foro da comarca de Londrina-PR, lugar onde foi praticada a infração penal mais grave.
- c) conexão, sendo competente o foro da comarca de Maringá-PR, lugar da última infração penal.
- d) conexão, sendo competente o foro da comarca de Londrina-PR, lugar onde foi praticada a infração penal mais grave.
- e) conexão, de forma que a competência será firmada pela prevenção.

52. Cristiano, 71 anos, primário e de bons antecedentes, é investigado em inquérito policial pela prática do crime de corrupção ativa (pena: reclusão, de 2 a 12 anos, e multa), sendo portador de doença grave, embora não se encontre debilitado. No curso das investigações, o Ministério Público toma conhecimento de que Cristiano estaria ocultando provas e ameaçando testemunhas, o que poderia prejudicar a futura instrução do processo, motivo pelo qual requer ao Juiz a decretação da prisão preventiva do investigado.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) será cabível a decretação da prisão preventiva, bem como a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, em razão da idade avançada do agente.
- b) será cabível a decretação da prisão preventiva, mas não será cabível a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, por ausência de hipótese legal.
- c) será cabível a decretação da prisão preventiva, bem como a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, em razão do grave quadro de saúde do agente.
- d) não será cabível a decretação da prisão preventiva, por se tratar de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- e) não será cabível a decretação da prisão preventiva, por se tratar de investigado primário e com bons antecedentes.

53. Valdir praticou contra Cátia um crime de dano simples (pena: detenção, de um a seis meses, ou multa), sendo este um crime de ação penal privada. Por se tratar de infração de menor potencial ofensivo, o caso foi encaminhado ao Juizado Especial Criminal, tendo sido realizada audiência preliminar, na qual Valdir se comprometeu a indenizar Cátia pelos prejuízos causados pela infração, firmando-se acordo de composição dos danos civis. Nesse caso:

- a) o acordo será homologado mediante sentença, impugnável por meio de apelação, no prazo de 10 dias.
- b) o acordo será homologado mediante sentença, impugnável por meio de apelação, no prazo de 05 dias.
- c) o acordo será homologado mediante sentença irrecorrível, e importará renúncia ao direito de queixa.
- d) o acordo será homologado mediante sentença irrecorrível, e será dada oportunidade a Cátia para que ofereça a queixa-crime.
- e) em caso de descumprimento do acordo, Cátia poderá promover-lhe a execução no próprio Juizado especial criminal.

54. As medidas cautelares diversas da prisão foram inseridas no CPP com o escopo de evitar o encarceramento cautelar desnecessário, quando a imposição de medida menos gravosa seja adequada e suficiente no curso da persecução penal.

Tendo isso em conta, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma medida cautelar diversa da prisão expressamente prevista no CPP:

- a) recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga.
- b) fiança.
- c) prestação de serviços à comunidade.
- d) comparecimento periódico em Juízo.
- e) proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução.

55. Analise as alternativas a seguir e assinale a correta, de acordo com as disposições do CPP acerca do tema de provas:

- a) O exame de corpo de delito, em regra, será realizado por um perito não oficial, portador de diploma de curso superior, preferencialmente na área da perícia.
- b) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência contra a pessoa.
- c) Quando a infração deixar vestígios será indispensável o exame de corpo de delito, que poderá, todavia, ser suprido pela confissão do acusado, desde que haja concordância do Ministério Público.
- d) A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente pelo agente público que primeiro identificar o elemento como sendo um potencial vestígio da infração.
- e) É vedada a entrada em locais isolados bem como a remoção de quaisquer vestígios do local do crime antes da sua liberação pelo perito responsável, sendo tipificada como crime de fraude processual (art. 347 do CP) a sua realização.

DIREITO PENAL MILITAR*Murilo Marques*

56. Quanto aos Crimes contra o Serviço Militar e o Dever Militar, assinale a alternativa incorreta:

- a) Estará sujeito à pena de impedimento caso deixe de apresentar-se o convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação.
- b) Caso o Cabo PM da ativa esteja escalado para o serviço ordinário no dia 15 de abril de 2026, das 7h às 19h, e ausentar-se da unidade a que serve, sem licença, o crime de deserção somente estará caracterizado no dia 24 do mesmo mês.
- c) O crime de Concerto para a Deserção será absorvido pelo crime de Deserção caso esta venha a se consumir.
- d) Haverá o crime de Abandono de Posto caso o militar abandone, sem ordem de superior, o serviço que lhe tenha sido designado, antes de terminá-lo.
- e) O crime de Dormir em Serviço somente ocorre na modalidade dolosa.

57. Sobre conceitos de crime militar, assinale a alternativa correta:

- a) O crime propriamente militar é aquele que pode ser cometido por qualquer agente, seja ele civil ou militar.
- b) O crime impropriamente militar é aquele que deve, necessariamente, ser cometido por militar em serviço.
- c) Os crimes militares por extensão são aqueles que, embora não previstos no Código Penal Militar, podem estar sujeitos à justiça militar, em determinadas situações.
- d) O crime militar de mão própria é aquele que pode ser cometido em concursos de pessoas, sem que haja nenhuma especificidade quanto ao agente.
- e) Os crimes propriamente militares somente podem ocorrer em tempo de guerra.

58. Nos termos do Código Penal Militar (CPM) e da doutrina penal militar, assinale a alternativa correta:

- a) O militar da reserva, quando empregado na administração militar, equipara-se a militar da ativa, para efeitos da aplicação da lei penal militar. No entanto, o mesmo não acontece com o militar reformado, haja vista o fato de esse não mais poder ser empregado na administração militar.
- b) Aquele que pratica crimes militares previstos no Código Penal Militar em prejuízo ao país em guerra contra país inimigo do Brasil, fica sujeito à lei militar, se o crime é praticado por brasileiro, ou se o crime é praticado no território nacional, ou em território estrangeiro militarmente ocupado por força brasileira, qualquer que seja o agente.
- c) O CPM prevê infrações disciplinares.
- d) O Direito Penal Militar, diferente do Direito Penal Comum Brasileiro, não traz a previsão dos institutos do arrependimento eficaz e desistência voluntária.
- e) O erro de fato, previsto no CPM, traz a possibilidade de isenção da pena do agente, desde que escusável.

59. Conforme previsão do Código Penal Militar, assinale a única alternativa incorreta:

- a) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- b) O agente que, em qualquer dos casos de exclusão de crime, excede culposamente os limites da necessidade, responde pelo fato, se este é punível, a título de culpa.
- c) Não é punível o excesso quando resulta de escusável surpresa ou perturbação de ânimo, em face da situação.
- d) Quando se trata de excesso doloso, o juiz não pode atenuar a pena do agente.
- e) Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.

60. Sobre as Penas, assinale a alternativa correta:

- a) São penas principais previstas no CPM: morte, reclusão, detenção, prisão, impedimento, suspensão do exercício do posto ou graduação, cargo ou função e reforma.
- b) A pena de impedimento sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade militar, com prejuízo da instrução militar.
- c) O fato de o agente ser menor de vinte e um anos de idade ou maior de sessenta é uma circunstância que sempre atenua a pena.
- d) Quando a lei determina a agravação ou atenuação da pena sem mencionar o *quantum*, deve o juiz fixá-lo entre um quinto e um terço, guardados os limites da pena cominada ao crime.
- e) Para que tenha direito ao livramento condicional, o agente quando primário, deve ter cumprido um terço da pena e, se reincidente, metade.

61. Quando dos crimes em espécie do previstos no CPM, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São crimes de insubordinação: recusa de obediência, oposição a ordem de sentinela, reunião ilícita e publicação ou crítica indevida.
- b) A insubmissão ocorre quando o agente deixa de se apresentar, quando convocado, à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, apresentando-se, ausenta-se antes do ato oficial de incorporação.
- c) É considerado caso assimilado à deserção quando o agente consegue a exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.
- d) É defeso ao oficial e a praça da ativa, sendo considerado crime, comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade comercial, ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou cotista em sociedade anônima, ou por cotas de responsabilidade limitada.
- e) É tido como crime de genocídio matar membros de um grupo nacional, étnico, religioso ou pertencente a determinada raça, com o fim de destruição total ou parcial desse grupo.

62. Quanto aos Crimes Contra a Autoridade ou Disciplina Militar, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os crimes de motim e revolta são considerados crimes propriamente militares.
- b) Considera-se crime de conspiração concertarem-se militares para a prática dos crimes de motim e revolta.
- c) Para que esteja caracterizado, o crime de violência contra superior deve ocorrer diante de outro militar.
- d) Para que esteja caracterizado, o crime de desrespeito a superior deve ocorrer diante de outro militar.
- e) Para que esteja caracterizado, o crime de desrespeito a símbolo nacional deve ocorrer diante de tropa ou em local sujeito à administração militar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Murilo Marques

63. Conforme previsto no Código de Processo Penal Militar (CPPM), assinale a alternativa correta:

- a) Nos casos concretos, se houver divergência entre as normas do CPPM e as normas de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as normas brasileiras, haja vista o princípio da soberania nacional.
- b) A lei processual penal militar deve sempre ser interpretada no sentido literal de suas expressões, para que não haja liberdade e ativismo judicial em sua aplicação.
- c) Admitir-se-á a interpretação extensiva ou a interpretação restritiva do CPPM, quando for manifesto, no primeiro caso, que a expressão da lei é mais estrita e, no segundo, que é mais ampla, do que sua intenção.
- d) É admissível a interpretação restritiva ou extensiva mesmo quando cercear a defesa pessoal do acusado.
- e) Em casos de omissão do CPPM, a legislação processual comum não poderá ser usada para suprir suas lacunas.

64. Quanto ao inquérito policial militar, assinale a alternativa incorreta:

- a) O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.
- b) A designação de escrivão para o inquérito caberá ao respectivo encarregado, se não tiver sido feita pela autoridade que lhe deu delegação para aquele fim, recaindo em segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado for oficial, e em sargento, subtenente ou suboficial, nos demais casos.
- c) Será encarregado do inquérito, sempre que possível, oficial de posto não inferior ao de capitão ou capitão-tenente; e, em se tratando de infração penal contra a segurança nacional, sê-lo-á, sempre que possível, oficial intermediário, atendida, em cada caso, a sua hierarquia, se oficial o indiciado.
- d) A testemunha não será inquirida por mais de quatro horas consecutivas, sendo-lhe facultado o descanso de meia hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele termo. O depoimento que não ficar concluído às dezoito horas será encerrado, para prosseguir no dia seguinte, em hora determinada pelo encarregado do inquérito.
- e) O inquérito deverá terminar dentro em vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

65. Conforme o Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que como advogado ou defensor, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar de justiça ou perito, tiver funcionado seu cônjuge, ou

parente consanguíneo ou afim até o terceiro grau inclusive; dentre outros casos.

- b) Dentre outras situações, o juiz será dado como suspeito se for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes.
- c) Os peritos e intérpretes serão nomeados pelo juiz, podendo haver intervenção das partes.
- d) O Ministério Público desempenhará as suas funções de natureza processual sem dependência a quaisquer determinações que não emanem de decisão ou despacho da autoridade judiciária competente, no uso de atribuição prevista neste Código e regularmente exercida, havendo no exercício das funções recíproca independência entre os órgãos do Ministério Público e os da ordem judiciária.
- e) O ofendido, seu representante legal e seu sucessor podem habilitar-se a intervir no processo como assistentes do Ministério Público.

66. De acordo com o Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Sempre que o julgamento da questão de mérito depender de decisão anterior de questão de direito material, a segunda será prejudicial da primeira.
- b) Dentre outras situações, o juiz poderá suspender o processo e aguardar a solução, pelo juízo cível, de questão prejudicial que não se relacione com o estado civil das pessoas, desde que não envolva direito ou fato cuja prova a lei civil limite.
- c) Quanto aos incidentes, podem ser opostas as exceções de suspeição ou impedimento, incompetência do juízo, litispendência e coisa julgada.
- d) A arguição de suspeição ou impedimento, como regra, será a última a ser realizada, dentre as demais exceções.
- e) O juiz que se declarar suspeito ou impedido motivará o despacho. No entanto, se a suspeição for de natureza íntima, comunicará os motivos ao auditor corregedor, podendo fazê-lo sigilosamente.

67. Quanto a Ação Penal e seu Exercício no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta:

- a) Conforme previsto no Código de Processo Penal Militar, a ação penal é pública e somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público Militar. Dessa forma, entende-se não ser possível a ação penal privada subsidiária da pública do âmbito do processo castrense.
- b) A denúncia deve ser apresentada pelo MP quando houver prova de fato, mesmo que este não constitua crime.
- c) Há crimes que exigem que, para o oferecimento da denúncia, haja requisição do Ministério ao qual o agente está subordinado ou do Ministério da Justiça.
- d) Depois de apresentada a denúncia, o Ministério Público ainda poderá desistir da ação penal, caso haja novo entendimento que há crime na situação.
- e) Não há possibilidade de alguém levar ao MP informações de fato que constitua crime militar.

68. Quanto ao Foro Militar e a Competência em Geral, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Como regra, o Foro do militar é especial, exceto em caso de crimes dolosos contra a vida praticados contra civil.
- b) Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do IPM à justiça comum.
- c) A competência do foro militar será determinada, de modo geral, pelo lugar da infração, pela residência ou domicílio do acusado ou pela prevenção.
- d) A competência do foro militar será determinada, de modo especial, pela sede do lugar de serviço.
- e) Quanto à competência, prevalece o critério do local da infração em caso de conexão ou continência.

69. Sobre a Competência no Direito Processual Penal Militar, assinale a alternativa incorreta:

- a) Se não for conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela residência ou domicílio do acusado, salvo em casos de militar em situação de atividade, que será regulada pelo lugar de serviço.
- b) Dentre outras situações, a competência pela prevenção poderá ocorrer quando for incerto o local da infração, por ter sido praticado crime em divisa de duas ou mais jurisdições.
- c) Quando, na sede da Circunscrição, houver mais de uma Auditoria com a mesma competência, esta se fixará pela prevenção.
- d) Haverá continência nas seguintes situações: quando duas ou mais pessoas forem acusadas da mesma infração e na hipótese de uma única pessoa praticar várias infrações em concurso.
- e) O juiz poderá separar os processos nas seguintes situações: quando as infrações houverem sido praticadas em situações de tempo e lugar diferentes; quando for excessivo o número de acusados, para não lhes prolongar a prisão e quando ocorrer qualquer outro motivo que ele próprio repute relevante.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

70. Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 dias depois de oficialmente publicada.
- b) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, ou até que caia em desuso.
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- d) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, e a equidade.
- e) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido, mas não a coisa julgada.

71. Com relação à pessoa jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) São pessoas jurídicas de direito privado os empreendimentos de economia solidária.
- b) As disposições concernentes às sociedades aplicam-se subsidiariamente às associações.
- c) Prescreve em 3 anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado por defeito do ato respectivo.
- d) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos respectivos integrantes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- e) Não se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.

72. Com relação ao negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- b) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico, ainda que se trate de impossibilidade relativa.
- c) A validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, salvo quando a lei a dispensar.
- d) No negócio jurídico celebrado com cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- e) Nas declarações de vontade, se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.

73. Com relação às modalidades de obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, qualquer um será obrigado, ou terá direito, à dívida toda.
- b) Nas obrigações indivisíveis com pluralidade de devedores, o que paga a dívida não se sub-roga nos direitos do credor em relação aos outros coobrigados.
- c) Nas obrigações indivisíveis com pluralidade de credores, o devedor se desobrigará pagando a todos, conjuntamente.
- d) Não perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.
- e) Resolvendo-se a obrigação indivisível em perdas e danos, se for de um só devedor a culpa, todos responderão por partes iguais pelo montante da indenização.

74. Com relação à posse, assinale a alternativa correta.

- a) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida.
 - b) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
 - c) É justa a posse se o possuidor ignora o vício, ou obstáculo, que impede a aquisição da coisa.
 - d) A posse pode ser adquirida pela pessoa que a pretende ou por seu representante, mas não por terceiro sem mandato.
 - e) A posse transfere-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.
-

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL*Fábio Ramos*

75. Tibério, que acabou de ingressar na PM do Paraná e desconhece a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, foi perguntar a Ramos, colega de infância que é oficial da PM no Paraná há dez anos, sobre a parte que trata da organização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, prevista em lei de iniciativa privativa do governador. Diante disso, analise as alternativas:

- I - As polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são instituições militares;
- II - As polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são instituições permanentes;
- III - As polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são instituições integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (Susp);
- IV - As polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são instituições integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec);
- V - As polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios são instituições dispensáveis à preservação da ordem pública.

Ramos respondeu corretamente que:

- a) Somente I, II e III pertencem à estrutura.
- b) Somente II e III e IV pertencem à estrutura.
- c) Somente III, IV e V pertencem à estrutura.
- d) Somente I, II, III e IV pertencem à estrutura.
- e) I, II, III, IV e V pertencem à estrutura.

76. A Lei nº 1943/1954 estabelece o código de Polícia militar do Paraná. Em relação à hierarquia, assinale a alternativa que não está de acordo com a legislação vigente.

- a) A precedência hierárquica entre os militares é regulada pelo posto ou graduação e, em caso de igualdade, pela antiguidade relativa.
- b) Em igualdade de postos ou graduações, os militares da ativa têm precedência sobre os da reserva ou reformados. Todo militar, salvo no caso de funeral, pode dispensar honras e sinais de respeito devido ao seu grau hierárquico.
- c) A hierarquia dos militares da Corporação é idêntica à dos militares do Exército, até o posto de Coronel inclusive.
- d) A antiguidade em cada posto ou graduação assegura a precedência e é contada a partir da data do ato da respectiva promoção, graduação, nomeação ou declaração, salvo se, em ato da autoridade competente, for taxativamente fixada outra data.
- e) Posto é o grau hierárquico do oficial conferido por decreto e confirmado em carta patente; graduação é o grau hierárquico da praça, conferido pela autoridade competente.

77. De acordo com dispositivos contidos na Lei nº 1943 de 1954 são deveres do Policial Militar do Paraná:

- a) garantir na esfera federal, estadual e municipal de suas atribuições, a manutenção da ordem pública e defender o país, em caso de agressão, especialmente quando convocado na forma estabelecida pelas leis estaduais em vigor.
- b) exercer, com dignidade e eficiência, as funções que lhes forem atribuídas, mesmo que ilícitas.
- c) cumprir e fazer cumprir as leis, mesmo que manifestamente ilegais, regulamentos, instruções e ordens emanadas de autoridades competentes.
- d) zelar pela honra e reputação de sua classe, observando comportamento repreensível somente na vida pública e cumprir com exatidão seus deveres para com a sociedade.
- e) acatar a autoridade civil; e satisfazer, com pontualidade, os compromissos pecuniários assumidos e garantir a assistência moral e material de seu lar.

78. Conforme a Lei nº 14.751, de Dezembro de 2023, que instituiu a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, são garantias das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, bem como de seus membros ativos e veteranos da reserva remunerada e reformados, exceto:

- a) Uso dos títulos e designações hierárquicas e uso privativo dos uniformes, das insígnias e dos distintivos das respectivas instituições, inclusive a utilização por qualquer entidade pública ou privada.
- b) Exercício de cargo, função ou comissão correspondentes ao respectivo grau hierárquico.
- c) Expedição, pela respectiva instituição, de documento de identidade militar com livre porte de arma, com fé pública em todo o território nacional, na ativa, na reserva remunerada e na

reforma, nos termos da regulamentação do comandante-geral e observado o padrão nacional.

- d) Prisão criminal ou civil, antes de decisão com trânsito em julgado e enquanto não perder o posto e a patente ou a graduação, em unidade prisional militar do respectivo ente e, na falta desta, em unidade militar estadual, à disposição de autoridade judiciária competente.
- e) Comunicação ao superior hierárquico, no caso de prisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lilian Novakoski

79. A respeito das medidas socioeducativas estipuladas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- a) A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de doze meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.
- b) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, o adolescente deverá ressarcir a coisa, ressarcir o prejuízo ou de outra forma compensar o prejuízo da vítima, não se admitindo a substituição da reparação do dano por outra medida.
- c) Em situação excepcional de maneira fundamentada, será admitido o trabalho forçado.
- d) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o aberto, após decisão judicial fundamentada.
- e) A internação poderá ser aplicada desde logo, ainda que haja outra medida mais adequada, desde que as circunstâncias de cometimento do ato infracional autorizem a medida extrema.

80. Maria, com 10 anos de idade, bateu em Lizi, de 9 anos de idade, no intervalo das aulas na escola onde ambas estudam, causando sérios ferimentos em Lizi. Nesta situação, a medida correta a ser adotada pela escola, de acordo com o ECA é:

- a) Chamar a polícia militar, para encaminhar Maria até a delegacia da criança e do adolescente.
 - b) Chamar os pais de Maria e orientar para que corrijam sua filha, inclusive usando de coação física, se necessário.
 - c) Acionar o Conselho Tutelar, que deverá aplicar medida protetiva.
 - d) Encaminhar Maria à entidade de internação, para que tome providências.
 - e) Acionar o Conselho Tutelar para aplicar medida socioeducativa.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>